


POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO

EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES AND QUALITY OF TEACHING IN BASIC EDUCATION IN BRAZIL: CHALLENGES FOR THE IMPLEMENTATION OF EFFECTIVE EDUCATION

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS Y CALIDAD DE LA ENSEÑANZA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA EN BRASIL: DESAFÍOS PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE UNA EDUCACIÓN EFICAZ

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-165>

Data de submissão: 01/03/2026

Data de publicação: 31/03/2026

Victor Hugo Moreira de Lima

Doutorando em Saúde Coletiva

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: victor.hg.ml@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2601-768X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6259720330130203>

Ricardo Luiz Alves

Mestrando em Educação

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

E-mail: ricardoluizalves.psi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8510-0737>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9389928194929273>

Susana de Sousa Araújo

Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Docência no Ensino Superior

Instituição: Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI)

E-mail: susanasousa99@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7416-9927>

Jonathan Jardim da Silva

Mestrando em Educação em Ciências

Instituição: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

E-mail: jonathansilva.aluno@unipampa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9708-2347>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8659174668552334>

Jonatã Pereira de Abreu

Mestrando em Educação Inclusiva

Instituição: Universidade Federal de Roraima (UFRR)

E-mail: jhonata0072008@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3895077684421897>

Marcelo Damião Amoras Nascimento

Mestrando em Tecnologia Emergentes em Educação
Instituição: Metropolitan University of Science and Technology (MUST)
E-mail: mdanascimento@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4785-5253>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7724892056191052>

Boaventura da Silva Leite Filho

Mestrando em Ciências da Educação
Instituição: Universidad Del Sol (UNADES)
E-mail: boaventureprof@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5173-4238>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6265097111700070>

Humberto Rabelo

Orientador
Professor do Departamento de Computação e Tecnologia
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: hrabeloufrn@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2246-1073>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4563502602959752>

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as políticas públicas educacionais voltadas à educação básica no Brasil, com foco na qualidade do ensino e nos desafios para a efetivação de uma educação equitativa. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, realizada a partir de artigos científicos e documentos oficiais publicados no período de 2021 a 2026. A análise evidenciou que o país possui um arcabouço legal consistente, fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em outras normativas que asseguram o direito à educação. No entanto, persistem desafios significativos relacionados à desigualdade socioeconômica, disparidades regionais e limitações na implementação das políticas públicas. Os resultados indicaram que a equidade educacional ainda não foi plenamente alcançada, sendo influenciada por fatores estruturais que impactam o acesso, a permanência e o desempenho escolar. O financiamento da educação, especialmente por meio do Fundeb, apresenta avanços importantes, mas ainda enfrenta limitações quanto à sua efetividade na redução das desigualdades. Além disso, as políticas de avaliação em larga escala, embora relevantes para o monitoramento, apresentam limites ao priorizar indicadores quantitativos. Também foram identificados desafios na implementação das políticas, incluindo fragmentação das ações e dificuldades na articulação entre diferentes níveis de gestão. Conclui-se que a promoção de uma educação equitativa exige estratégias integradas, que considerem as especificidades territoriais, sociais e culturais, além do fortalecimento das políticas públicas e da gestão educacional. Ressalta-se a necessidade de novos estudos que analisem a efetividade dessas políticas em contextos locais.

Palavras-chave: Educação Básica. Equidade Educacional. Financiamento da Educação. Políticas Públicas. Qualidade do Ensino.

ABSTRACT

This study aimed to analyze public educational policies focused on basic education in Brazil, with an emphasis on the quality of teaching and the challenges to achieving equitable education. It is a

narrative literature review, with a qualitative approach, based on scientific articles and official documents published between 2021 and 2026. The analysis revealed that the country has a consistent legal framework, grounded in the 1988 Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education, and other regulations that guarantee the right to education. However, significant challenges persist related to socioeconomic inequality, regional disparities, and limitations in the implementation of public policies. The results indicated that educational equity has not yet been fully achieved, being influenced by structural factors that impact access, retention, and school performance. Education funding, especially through FUNDEB (National Fund for the Development of Basic Education), shows important progress, but still faces limitations regarding its effectiveness in reducing inequalities. Furthermore, large-scale assessment policies, while relevant for monitoring, have limitations due to their prioritization of quantitative indicators. Challenges in policy implementation were also identified, including fragmentation of actions and difficulties in coordination between different levels of management. It is concluded that promoting equitable education requires integrated strategies that consider territorial, social, and cultural specificities, as well as strengthening public policies and educational management. The need for further studies analyzing the effectiveness of these policies in local contexts is highlighted.

Keywords: Basic Education. Educational Equity. Education Financing. Public Policies. Quality of Education.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las políticas educativas públicas centradas en la educación básica en Brasil, con énfasis en la calidad de la enseñanza y los desafíos para lograr una educación equitativa. Se trata de una revisión narrativa de la literatura, con un enfoque cualitativo, basada en artículos científicos y documentos oficiales publicados entre 2021 y 2026. El análisis reveló que el país cuenta con un marco legal consistente, fundamentado en la Constitución Federal de 1988, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional y otras regulaciones que garantizan el derecho a la educación. Sin embargo, persisten desafíos significativos relacionados con la desigualdad socioeconómica, las disparidades regionales y las limitaciones en la implementación de las políticas públicas. Los resultados indicaron que la equidad educativa aún no se ha logrado plenamente, debido a la influencia de factores estructurales que impactan el acceso, la retención y el desempeño escolar. El financiamiento de la educación, especialmente a través del FUNDEB (Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación Básica), muestra avances importantes, pero aún enfrenta limitaciones en cuanto a su efectividad para reducir las desigualdades. Además, las políticas de evaluación a gran escala, si bien son relevantes para el monitoreo, presentan limitaciones debido a su priorización de indicadores cuantitativos. También se identificaron desafíos en la implementación de políticas, como la fragmentación de acciones y las dificultades de coordinación entre los distintos niveles de gestión. Se concluye que promover una educación equitativa requiere estrategias integradas que consideren las especificidades territoriales, sociales y culturales, así como el fortalecimiento de las políticas públicas y la gestión educativa. Se destaca la necesidad de realizar más estudios que analicen la efectividad de estas políticas en contextos locales.

Palabras clave: Educación Básica. Equidad Educativa. Financiamiento de la Educación. Políticas Públicas. Calidad de la Educación.

1 INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil configura-se como um direito social fundamental e um dos principais instrumentos de promoção da cidadania e redução das desigualdades sociais. No entanto, apesar dos avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas, a efetivação de uma educação de qualidade para todos ainda se apresenta como um desafio significativo. As políticas públicas educacionais têm sido formuladas com o propósito de ampliar o acesso, melhorar os indicadores de aprendizagem e promover maior equidade no sistema educacional, embora persistam limitações em sua implementação e efetividade (Silva e Leal, 2022). Todavia, a permanência de disparidades regionais, socioeconômicas e culturais evidencia que tais políticas, embora necessárias, ainda não têm sido plenamente eficazes na garantia de uma educação equitativa.

Nesse contexto, a noção de equidade assume centralidade no debate educacional contemporâneo, ao propor a superação da lógica de igualdade formal em favor de estratégias que considerem as diferentes condições de partida dos estudantes. A literatura aponta que a desigualdade educacional está fortemente associada a fatores como vulnerabilidade social, localização territorial e acesso a recursos educacionais, o que reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades locais (Ribeiro, Kasmirski e Ayed, 2023). Assim, abordagens que incorporam a dimensão territorial na gestão educacional têm se mostrado relevantes para a formulação de intervenções mais eficazes e contextualizadas (Gomes e Melo, 2021).

O financiamento da educação básica constitui outro eixo estruturante das políticas públicas voltadas à promoção da equidade. Nesse sentido, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) destaca-se como principal mecanismo de redistribuição de recursos no país. Embora tenha contribuído para a redução de desigualdades entre redes de ensino, ainda persistem desafios relacionados à sua capacidade de assegurar padrões mínimos de qualidade em todo o território nacional (Hirata, Melo e Oliveira, 2022). Ademais, a incorporação de medidas de ação afirmativa no âmbito do financiamento educacional tem sido apontada como estratégia relevante para ampliar a equidade, especialmente em contextos marcados por maior exclusão social (Tripodi, Delgado e Januário, 2022).

Paralelamente, as políticas de avaliação educacional têm ocupado papel de destaque na regulação e no monitoramento da qualidade do ensino. As avaliações em larga escala produzem indicadores que subsidiam a formulação de políticas e permitem o acompanhamento do desempenho dos sistemas educacionais. No entanto, o uso desses instrumentos também tem sido alvo de críticas, sobretudo no que se refere à sua capacidade limitada de captar a complexidade dos processos educativos e às possíveis distorções geradas pela centralidade atribuída aos resultados quantitativos

(Basso, Ferreira e Oliveira, 2022). Além disso, a ênfase em mecanismos de responsabilização pode impactar negativamente o trabalho pedagógico, ao induzir práticas voltadas prioritariamente para o alcance de metas (Garcia e Algebaile, 2024).

Outro aspecto relevante diz respeito aos desafios relacionados à implementação das políticas públicas educacionais. A distância entre a formulação e a execução das políticas frequentemente compromete sua efetividade, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, evidencia a complexidade de articular diretrizes nacionais com realidades locais diversas, exigindo coordenação entre diferentes níveis de governo e atores educacionais (Meira e Bonamino, 2021). Além disso, a existência de múltiplos programas e ações, muitas vezes desarticulados, pode dificultar a consolidação de uma política educacional coerente e integrada (Silva e Leal, 2022).

A promoção da equidade na educação básica também demanda a incorporação de perspectivas interseccionais, considerando dimensões como gênero, raça e condições de saúde. Estudos indicam que ainda persistem desigualdades de gênero no campo educacional, especialmente no acesso e na permanência em áreas científicas e tecnológicas (Sígolo, Gava e Unbehaum, 2021). De forma complementar, políticas intersetoriais, como aquelas que articulam educação e saúde, revelam-se fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes, embora sua implementação desigual no território brasileiro evidencie limitações na efetivação do princípio da equidade (Santos et al., 2026).

Diante desse panorama, torna-se evidente que a construção de uma educação básica de qualidade no Brasil está intrinsecamente vinculada à capacidade das políticas públicas de promover equidade de forma efetiva. Isso implica não apenas garantir o acesso universal à escola, mas assegurar condições adequadas de aprendizagem, valorização dos profissionais da educação e reconhecimento das diversidades que caracterizam o contexto educacional brasileiro. A superação das desigualdades educacionais exige, portanto, um esforço contínuo de aprimoramento das políticas públicas, com foco na justiça social e na inclusão.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais no contexto da educação básica brasileira, discutindo seus limites e potencialidades na promoção da qualidade do ensino, bem como os principais desafios para a efetivação de uma educação equitativa.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar as políticas públicas educacionais e sua relação com a

qualidade do ensino na educação básica no Brasil, com ênfase nos desafios para a efetivação de uma educação equitativa. A revisão narrativa foi escolhida por possibilitar uma análise ampla, interpretativa e crítica da produção científica e documental existente, permitindo a articulação de diferentes perspectivas teóricas e evidências empíricas sobre o tema.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados científicas e em documentos oficiais disponibilizados por órgãos governamentais. Foram consultadas bases como Scientific Electronic Library Online (SciELO), ERIC (Education Resources Information Center) e Latindex, além de documentos publicados por instituições como o Ministério da Educação (MEC) e legislações vigentes relacionadas à educação básica no Brasil. O recorte temporal adotado compreendeu o período de 2021 a 2026, com o intuito de contemplar produções recentes e atualizadas sobre a temática.

Para a busca dos estudos, foram utilizados descritores controlados e não controlados, combinados por meio de operadores booleanos (AND e OR), tais como: “políticas públicas educacionais”, “educação básica”, “qualidade do ensino”, “equidade educacional”, “avaliação educacional” e “financiamento da educação”. Também foram consideradas variações em língua inglesa, como “educational public policies”, “basic education”, “educational equity” e “quality of education”, a fim de ampliar o alcance das buscas.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: (a) artigos científicos completos, disponíveis na íntegra; (b) publicações em língua portuguesa, inglesa ou espanhola; (c) estudos publicados no período de 2021 a 2026; (d) pesquisas que abordassem diretamente políticas públicas educacionais, qualidade do ensino ou equidade na educação básica; e (e) documentos oficiais relevantes para a temática, como políticas, diretrizes e relatórios institucionais. Por outro lado, foram definidos como critérios de exclusão: (a) estudos duplicados; (b) publicações fora do recorte temporal estabelecido;

(c) trabalhos que não apresentassem relação direta com o objeto de estudo; (d) resumos, editoriais, cartas ao leitor e produções sem rigor científico; e (e) estudos cujo texto completo não estivesse disponível para acesso.

O processo de seleção dos estudos seguiu etapas sistematizadas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme ilustrado na Figura 1, permitindo maior transparência e organização na condução da revisão narrativa. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, com leitura crítica dos materiais selecionados, buscando identificar categorias temáticas relacionadas aos principais eixos do estudo, como equidade educacional, financiamento, avaliação e implementação de políticas públicas. A partir dessa sistematização, foi possível discutir

os avanços, limitações e desafios presentes na literatura recente, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do cenário educacional brasileiro.

3 RESULTADOS

Os resultados da presente revisão narrativa evidenciam que as políticas públicas educacionais no Brasil têm avançado no campo normativo e institucional, porém ainda enfrentam desafios significativos no que se refere à efetivação da equidade e à melhoria da qualidade do ensino na educação básica. A análise dos estudos e documentos selecionados permitiu identificar que, embora exista um arcabouço legal robusto que assegura o direito à educação, persistem lacunas importantes entre a formulação das políticas e sua implementação prática.

Inicialmente, observa-se que a base legal brasileira estabelece a educação como um direito fundamental, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988, que garante acesso universal e igualdade de condições para permanência na escola (Brasil, 1988). Esse princípio é reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura prioridade absoluta à proteção e ao desenvolvimento educacional (Brasil, 1990), e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que organiza o sistema educacional brasileiro e define a educação básica como etapa essencial para a formação cidadã (Brasil, 1996). No entanto, apesar desse respaldo jurídico, a literatura aponta que a concretização desses direitos ainda é desigual, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social.

A análise dos estudos evidencia que a equidade educacional permanece como um dos principais desafios das políticas públicas no Brasil. Fatores como desigualdade socioeconômica, localização geográfica e condições estruturais das escolas influenciam diretamente o acesso e a qualidade do ensino. Nesse sentido, pesquisas destacam a importância de uma abordagem territorial na formulação de políticas educacionais, capaz de considerar as especificidades locais e reduzir desigualdades regionais (Ribeiro, Kasmirski e Ayed, 2023; Gomes e Melo, 2021). Tais evidências reforçam a necessidade de estratégias diferenciadas que atendam às demandas específicas de cada contexto educacional.

No que se refere ao financiamento da educação, os resultados indicam que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) desempenha papel central na promoção da equidade, ao redistribuir recursos entre estados e municípios. Contudo, estudos apontam que, apesar de sua relevância, o mecanismo ainda apresenta limitações na redução efetiva das desigualdades, especialmente em regiões com menor capacidade de arrecadação (Hirata, Melo e Oliveira, 2022). Além disso, a adoção de políticas de ação afirmativa no financiamento educacional

tem sido considerada uma estratégia importante para ampliar a equidade, sobretudo em territórios mais vulneráveis (Tripodi, Delgado e Januário, 2022).

A seguir, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais instrumentos legais e políticas públicas educacionais identificados na análise, evidenciando seus objetivos e contribuições para a promoção da equidade na educação básica.

Quadro 1 – Principais políticas públicas educacionais e seus objetivos no contexto da equidade

Política/Instrumento Legal	Objetivo Central	Contribuições para a Promoção da Equidade
Constituição Federal de 1988	Assegurar a educação como direito social fundamental	Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, fundamentando o princípio da equidade educacional
Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)	Garantir a proteção integral e os direitos fundamentais de crianças e adolescentes	Reforça a prioridade absoluta da educação como elemento essencial ao desenvolvimento integral
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996)	Regulamentar a organização da educação nacional	Define a educação básica como direito universal, orientando políticas voltadas à inclusão e qualidade do ensino
Lei nº 10.639/2003	Inserir a temática da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar	Promove a valorização da diversidade étnico-racial e o enfrentamento das desigualdades históricas
Lei nº 11.645/2008	Incluir a história e cultura indígena no currículo escolar	Amplia o reconhecimento das identidades culturais e contribui para a educação intercultural
Plano Nacional de Educação – PNE (2014)	Estabelecer metas e estratégias para o desenvolvimento educacional	Orienta políticas públicas com foco na redução das desigualdades e na melhoria da qualidade da educação
Política Nacional de Educação Especial (2008)	Promover a educação inclusiva para estudantes com deficiência	Garante o acesso, a permanência e a aprendizagem no ensino regular, com base na inclusão
Fundeb	Financiar e redistribuir recursos para a educação básica	Atua na redução das desigualdades regionais e na promoção de maior equidade no financiamento educacional

Fonte: Autoria própria (2026)

No campo curricular, destaca-se a inclusão de temáticas relacionadas à diversidade e à promoção da igualdade, como previsto nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Essas iniciativas representam avanços importantes no reconhecimento da diversidade cultural e na promoção de uma educação mais inclusiva. Entretanto, estudos indicam que a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta dificuldades, como a falta de formação docente adequada e de materiais pedagógicos específicos.

Outro aspecto relevante refere-se às políticas de avaliação educacional, que têm sido amplamente utilizadas como ferramentas de monitoramento da qualidade do ensino. As avaliações em larga escala permitem identificar desigualdades no desempenho escolar e subsidiar a formulação de políticas públicas (Basso, Ferreira e Oliveira, 2022). No entanto, há críticas quanto ao uso excessivo desses instrumentos, que podem reduzir a complexidade do processo educativo a indicadores quantitativos e desconsiderar aspectos qualitativos da aprendizagem (Garcia e Algebaile, 2024).

A implementação das políticas educacionais também se apresenta como um desafio central. Estudos indicam que a distância entre o planejamento e a execução das políticas compromete sua efetividade, especialmente em contextos com limitações administrativas e estruturais (Meira e Bonamino, 2021). Além disso, a fragmentação das ações governamentais e a falta de articulação entre diferentes programas dificultam a consolidação de uma política educacional integrada (Silva e Leal, 2022).

A seguir, o Quadro 2 sintetiza os principais desafios identificados na implementação das políticas públicas educacionais no Brasil, com base na literatura analisada.

Quadro 2 – Principais desafios na implementação das políticas públicas educacionais

Dimensão	Desafios Identificados	Implicações para a Qualidade e Equidade da Educação
Socioeconômica	Persistência de desigualdades de renda e vulnerabilidade social	Compromete o acesso, a permanência e o desempenho escolar dos estudantes
Regional	Disparidades entre diferentes regiões e redes de ensino	Resulta em oferta educacional desigual e limita a universalização da qualidade
Financiamento	Insuficiência e desigual distribuição de recursos	Dificulta a garantia de padrões mínimos de qualidade educacional
Implementação de políticas	Distanciamento entre formulação e execução das ações	Reduz a efetividade das políticas públicas educacionais
Formação docente	Fragilidades na formação inicial e continuada de professores	Impacta diretamente a qualidade do processo de ensino-aprendizagem
Avaliação educacional	Predominância de indicadores quantitativos	Limita a compreensão da complexidade dos processos educativos
Inclusão escolar	Insuficiência de infraestrutura e recursos pedagógicos adaptados	Restringe a efetivação da educação inclusiva
Diversidade e equidade	Dificuldades na abordagem de questões de gênero, raça e cultura	Reproduz desigualdades estruturais no ambiente escolar
Gestão de políticas	Fragmentação e baixa articulação entre programas	Compromete a integração e a continuidade das ações educacionais
Intersetorialidade	Implementação desigual de políticas articuladas (educação, saúde, assistência)	Reduz o impacto das ações em contextos de maior vulnerabilidade

Fonte: Autoria própria (2026)

No que tange à inclusão e à diversidade, os resultados indicam avanços importantes, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que promove a

inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular (Brasil, 2008). Contudo, ainda persistem desafios relacionados à infraestrutura escolar, formação de professores e disponibilidade de recursos pedagógicos adequados. Além disso, questões de gênero e raça continuam a influenciar o acesso e a permanência dos estudantes na escola, evidenciando a necessidade de políticas interseccionais mais efetivas (Sígolo, Gava e Unbehaum, 2021).

A análise também evidencia a importância de políticas intersetoriais na promoção da equidade educacional. Programas como o Saúde na Escola demonstram que a articulação entre diferentes áreas pode contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, a distribuição desigual dessas iniciativas no território nacional compromete sua efetividade, especialmente em regiões mais vulneráveis (Santos et al., 2026).

Por fim, estudos internacionais reforçam que a promoção da equidade educacional requer estratégias integradas, que envolvam não apenas políticas educacionais, mas também ações voltadas à redução das desigualdades sociais mais amplas (Yildirim, 2024). Além disso, a forma como as políticas são comunicadas e compreendidas pela sociedade pode influenciar sua aceitação e efetividade, especialmente no que se refere a questões de equidade racial (Quinn, 2025).

Dessa forma, os resultados indicam que, embora o Brasil possua um conjunto significativo de políticas públicas educacionais voltadas à promoção da equidade, sua efetivação ainda enfrenta desafios estruturais, institucionais e sociais que limitam o alcance de uma educação básica verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

4 DISCUSSÃO

A análise dos resultados evidencia que, embora o Brasil disponha de um arcabouço normativo consistente no campo das políticas públicas educacionais, a efetivação da equidade e da qualidade do ensino na educação básica ainda enfrenta entraves estruturais significativos. Nesse sentido, a Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece a educação como um direito social fundamental, garantindo igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Contudo, como apontam Silva e Leal (2022), a existência de dispositivos legais não assegura, por si só, a materialização desses direitos, sendo necessário considerar os limites institucionais e operacionais na implementação das políticas.

A partir dessa perspectiva, a discussão sobre equidade educacional revela-se central para compreender as desigualdades persistentes no sistema educacional brasileiro. Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) destacam que a vulnerabilidade social e as condições territoriais exercem influência direta sobre o desempenho escolar, evidenciando que políticas universalistas tendem a ser

insuficientes quando desconsideram as especificidades locais. Corroborando essa análise, Gomes e Melo (2021) defendem a incorporação de uma abordagem territorial na gestão das políticas educacionais, de modo a promover intervenções mais contextualizadas e efetivas. Dessa forma, observa-se que a equidade exige não apenas a ampliação do acesso, mas a adoção de estratégias diferenciadas que considerem as múltiplas dimensões da desigualdade.

No que se refere ao financiamento da educação, os achados reforçam o papel estratégico do Fundeb como mecanismo de redistribuição de recursos. Conforme argumentam Hirata, Melo e Oliveira (2022), o fundo representa um avanço importante na tentativa de reduzir disparidades entre redes de ensino, especialmente em regiões com menor capacidade arrecadatória. No entanto, os autores também ressaltam que o financiamento, embora necessário, não é suficiente para garantir qualidade educacional, uma vez que sua efetividade depende da gestão dos recursos e da articulação com outras políticas públicas. Nesse sentido, Tripodi, Delgado e Januário (2022) enfatizam a importância da incorporação de medidas de ação afirmativa no financiamento educacional, como forma de direcionar recursos adicionais a contextos mais vulneráveis, ampliando o potencial redistributivo das políticas.

Outro ponto relevante refere-se ao papel das políticas curriculares na promoção da equidade. A inclusão das temáticas de história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme estabelecido pelas legislações específicas, representa um avanço no reconhecimento da diversidade cultural no ambiente escolar. Entretanto, Sígolo, Gava e Unbehaum (2021) argumentam que a efetivação dessas políticas ainda enfrenta barreiras, especialmente no que diz respeito à formação docente e à persistência de desigualdades de gênero e raça no campo educacional. Assim, a simples inserção de conteúdos no currículo não garante, por si só, a transformação das práticas pedagógicas, sendo necessária uma abordagem mais ampla e integrada.

No âmbito das políticas de avaliação educacional, observa-se uma tensão entre a necessidade de monitoramento da qualidade do ensino e os limites dos instrumentos utilizados. Basso, Ferreira e Oliveira (2022) destacam que as avaliações em larga escala desempenham papel importante na produção de indicadores e no direcionamento das políticas públicas. No entanto, Garcia e Algebaile (2024) criticam a centralidade desses mecanismos, argumentando que a ênfase excessiva em resultados quantitativos pode reduzir a complexidade do processo educativo e induzir práticas pedagógicas voltadas apenas para o cumprimento de metas. Essa crítica aponta para a necessidade de construção de modelos avaliativos mais abrangentes, que considerem dimensões qualitativas da aprendizagem.

A discussão sobre a implementação das políticas educacionais também se mostra fundamental para compreender os desafios identificados. Meira e Bonamino (2021) ressaltam que a distância entre a formulação e a execução das políticas constitui um dos principais obstáculos à sua efetividade, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. Além disso, Silva e Leal (2022) destacam que a fragmentação das políticas públicas e a ausência de articulação entre diferentes programas comprometem a coerência das ações governamentais. Esses fatores evidenciam a necessidade de fortalecimento da governança educacional, com maior integração entre os diferentes níveis de gestão.

A inclusão educacional, por sua vez, representa um avanço importante no campo das políticas públicas, especialmente com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. No entanto, os resultados indicam que ainda existem desafios relacionados à infraestrutura escolar, à formação de professores e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados. Nesse contexto, Santos et al. (2026) destacam que a articulação entre políticas educacionais e outras áreas, como a saúde, pode contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, embora sua implementação ainda ocorra de forma desigual no território nacional.

No cenário internacional, a discussão sobre equidade educacional reforça a necessidade de abordagens integradas e intersetoriais. Yildirimer (2024) argumenta que a promoção da igualdade na educação requer estratégias que articulem políticas educacionais com ações voltadas à redução das desigualdades sociais mais amplas. Além disso, Quinn (2025) destaca que a forma como as políticas de equidade são comunicadas à sociedade influencia diretamente sua aceitação e efetividade, especialmente em contextos marcados por tensões sociais e raciais. Esses achados contribuem para ampliar a compreensão do fenômeno, situando o caso brasileiro em um contexto global.

Diante do exposto, a discussão evidencia que os desafios para a efetivação de uma educação equitativa no Brasil são multifacetados e exigem respostas igualmente complexas. A superação das desigualdades educacionais demanda não apenas o fortalecimento das políticas públicas existentes, mas também a construção de estratégias inovadoras, capazes de articular diferentes dimensões da realidade social. Nesse sentido, torna-se fundamental investir em políticas integradas, com foco na equidade, na valorização dos profissionais da educação e na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, de modo a garantir uma educação básica de qualidade para todos.

5 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que as políticas públicas educacionais no Brasil desempenham papel fundamental na organização e no funcionamento da

educação básica, constituindo-se como instrumentos essenciais para a promoção da qualidade do ensino e da equidade. Observou-se que o país dispõe de um arcabouço legal e normativo robusto, que reconhece a educação como direito social e estabelece diretrizes para sua efetivação. No entanto, a existência dessas normativas não garante, de forma automática, a superação das desigualdades educacionais historicamente construídas.

Os resultados evidenciaram que a equidade permanece como um dos principais desafios no contexto da educação básica brasileira. Fatores como desigualdades socioeconômicas, disparidades regionais e vulnerabilidades territoriais influenciam diretamente o acesso, a permanência e o desempenho escolar dos estudantes. Nesse sentido, torna-se evidente que políticas universalistas, quando desarticuladas de estratégias específicas, não são suficientes para responder às demandas de grupos em situação de maior vulnerabilidade, sendo necessária a adoção de abordagens mais contextualizadas e sensíveis às realidades locais.

Outro aspecto relevante refere-se ao financiamento da educação, especialmente no que diz respeito ao papel do Fundeb na redistribuição de recursos. Embora esse mecanismo represente um avanço significativo na tentativa de redução das desigualdades, sua efetividade ainda depende de fatores como a gestão adequada dos recursos, a priorização de investimentos e a articulação com outras políticas públicas. Assim, a garantia de uma educação de qualidade exige não apenas financiamento suficiente, mas também sua aplicação estratégica e equitativa.

No campo da avaliação educacional e da implementação das políticas públicas, observou-se que persistem desafios relacionados à centralidade de indicadores quantitativos e à distância entre planejamento e execução. A utilização de avaliações em larga escala, embora relevante para o monitoramento do sistema educacional, não deve ser compreendida como único parâmetro de qualidade, sendo necessária a incorporação de dimensões qualitativas que considerem a complexidade do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a fragmentação das políticas e a falta de articulação entre programas comprometem sua efetividade e continuidade.

A promoção da equidade educacional também demanda a integração de diferentes dimensões sociais, como gênero, raça, inclusão e intersetorialidade. A implementação de políticas voltadas à diversidade e à inclusão representa avanços importantes, porém ainda enfrenta limitações relacionadas à formação docente, infraestrutura e recursos pedagógicos. Nesse contexto, a articulação entre educação e outras áreas, como saúde e assistência social, revela-se estratégica para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a redução das desigualdades.

Diante do exposto, conclui-se que a efetivação de uma educação básica equitativa e de qualidade no Brasil requer o fortalecimento das políticas públicas existentes, aliado à construção de

estratégias mais integradas, contextualizadas e sustentáveis. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos empíricos que investiguem a efetividade das políticas de equidade em contextos locais específicos, especialmente em municípios com altos índices de vulnerabilidade social, a fim de compreender como tais políticas se materializam na prática e quais fatores influenciam seus resultados.

REFERÊNCIAS

- BASSO, F. V. et al. Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 115, p. 501–519, 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008.
- GARCIA, L. T. S.; ALGEBaILE, E. B. Estado democrático de direito, políticas de avaliação e educação pública no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 123, e0244256, 2024.
- GOMES, S.; MELO, F. Y. M. de. Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: equidade para superar desigualdades. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e234175, 2021.
- HIRATA, G.; MELO, L.; OLIVEIRA, J. B. O Fundeb e a questão da equidade. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 76, n. 2, p. 174–196, 2022.
- MEIRA, M.; BONAMINO, A. Contribuições dos estudos de implementação para a análise de políticas educacionais: uma breve discussão do contexto de implementação da BNCC. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e78979, 2021.
- QUINN, D. M. Framing effects and the public's attitudes toward racial equity in education policy. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 89–107, 2025.
- RIBEIRO, V. M. et al. Equidade educacional e vulnerabilidade social nos territórios: os casos das redes municipais do Ceará e de Fortaleza. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49, e260580, 2023.

SANTOS, E. R. et al. Análise da distribuição espacial do Programa Saúde na Escola sob a perspectiva do princípio de equidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e05792023, 2025.

SÍGOLO, V. M.; GAVA, T.; UNBEHAUM, S. Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 63, e216317, 2021.

SILVA, C. L. D.; LEAL, R. G. Os programas constituidores da política pública educacional voltados à educação básica. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 423–450, 2022.

TRIPODI, Z. F. et al. Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do Fundeb. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e254823, 2022.

YILDIRIMER, K. Ş. Roadmap for equality in education: problems, solutions and implementation strategies. *Dinamika Ilmu*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 11–28, 2024.